ACÓRDÃO Nº. 63.939

(Processos TC/503377/2012, TC/503515/2012 e TC/516354/2017)

Assunto: PENSÕES CIVIS**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 34, inc. II e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro dos Atos de Pensão Civil, referentes aos processos abaixo identificados:

Processo TC/503377/2012: Pensão Civil consubstanciada na PORTARIA PS nº 1373, de 27.06.2011, em favor de MARIA DE NAZARÉ LISBOA DE LIMA, dependente do ex-segurado Waldemar Castro de Lima;

Processo TC/503515/2012: Pensão Civil consubstanciada na PORTARIA PS nº 1383, de 29.06.2011, em favor de REGINA DE FÁTIMA APRIGIO DE OLIVEIRA, dependente do ex-segurado Carlos Alberto Rodrigues da Rocha; Processo TC/516354/2017: Pensão Civil consubstanciada na PORTARIA PS nº 0352, de 02.03.2015, em favor de ANTONIO LAURO DE FREITAS MOREIRA, dependente da ex-segurada Maria das Graças de Nazaré Moreira.

ACÓRDÃO Nº. 63.940**(Processo TC/542366/2019)****Assunto:** Representação com Pedido de Medida Cautelar proposta pela empresa CS BRASIL FROTAS LTDA, em face de possíveis irregularidades para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores terrestres, para atender os Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado do Pará praticadas no âmbito do Pregão nº 004/2019 - Registro de Preços realizado pela Secretaria de Estado de Administração.**Relator:** Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 1º, inc. XVII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer da Representação formulada pela empresa CS BRASIL FROTAS LTDA, e, no mérito, julgá-la improcedente, dando-se ciência aos interessados.

ACÓRDÃO Nº. 63.941**(Processo TC/010388/2022)****Assunto:** AGRAVO REGIMENTAL.**Agravante:** MARIA RIBEIRO DA SILVA – Ex-Prefeita do Município de Palestina do Pará**Relator:** Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 1º, inciso XX, da Lei Complementar nº 81 de 26 de abril de 2012, acolher o Agravo Regimental interposto pela Sra. MARIA RIBEIRO DA SILVA, Ex-Prefeita do Município de Palestina do Pará, devendo ser recebida como Pedido de Rescisão a documentação constante do Processo TC/513398/2020.

ACÓRDÃO Nº. 63.942**(Processo TC/515849/2015)****Assunto:** Prestação de Contas relativa ao Convênio SEPOF nº 015/2014.**Responsável/Interessado:** Sr. VALENTIM LUCAS DE OLIVEIRA e PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**Relator:** Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c o art. 61, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012: 1) julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. VALENTIM LUCAS DE OLIVEIRA (CPF: ***.686.262-**) ex-prefeito municipal de Salvaterra, no valor de R\$-170.900,00 (cento e setenta mil e novecentos reais); 2) recomendar ao Município de Salvaterra que, nas contratações com a utilização de recursos estaduais, realize a publicação do extrato de contrato no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº. 63.943**(Processo TC/517147/2016)****Assunto:** Prestação de Contas relativa ao Convênio BANPARÁ S/A n.º 013/2015**Responsável/Interessado:** Sr. ALEXANDRE NASCIMENTO LOPES e SÃO RAIMUNDO ESPORTE CLUBE**Relator:** Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. ALEXANDRE NASCIMENTO LOPES, ex-presidente do São Raimundo Esporte Clube, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dando-lhe plena quitação.

ACÓRDÃO Nº. 63.944**(Processo TC/005971/2022)****Assunto:** ADMISSÃO DE PESSOAL**Requerente:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA**Formalizador da Decisão:** Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR (§3º do art.191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do contrato de admissão de servidor temporário firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – DILMA QUADROS DE SOUZA.

ACÓRDÃO Nº. 63.945**(Processo TC/009606/2022)****Assunto:** ADMISSÃO DE PESSOAL**Requerente:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA**Formalizador da Decisão:** Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA (§3º do art.191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do contrato de admissão de servidor temporário firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – KATENAMARE JORUNTI KUWEXERE.

ACÓRDÃO Nº. 63.946**(Processo TC/016865/2021)****Assunto:** APOSENTADORIA**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA**Formalizador da Decisão:** Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)**ACÓRDÃO Nº. 63.947****(Processo TC/016962/2021)****Assunto:** APOSENTADORIA**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA**Formalizadora da Decisão:** Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da relatora, com fundamento nos art. 4.º inciso I, da Resolução n.º 18.990, de 3 de abril de 2018 e art. 290 do RITCE/PA c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil, extinguir, sem resolução do mérito, com o consequente arquivamento dos autos, o processo que trata do ato de Aposentadoria consubstanciado na PORTARIA AT AP nº 233, de 24.01.2013, em favor de Florinda Rodrigues de Sousa Pereira, no cargo de Agente de PORTARIA, Ref I, lotada na Secretaria de Estado de Educação, em vista do falecimento da beneficiária.

Protocolo: 889399**TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de sua competência, com fundamento nos regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 2.069/2006, art. 30, e

CONSIDERANDO que a Administração possui amparo legal para realizar o desfazimento de processo licitatório, inexistindo óbice, para tanto, quando neste desponha perda superveniente de seu objeto;

CONSIDERANDO manifestações e sugestões da Coordenadoria de Transportes, (a fl. 286), e inseridas nos autos do processo administrativo nº 007690/2022, que tratou dos procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico nº 15/2022 – TCE/PA, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível em caráter permanente e eventual, devidamente habilitada para atender as necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no transporte de Autoridades e Servidores em serviço, em âmbito Estadual;

CONSIDERANDO que o ato de revogação da licitação, se ocorrido em momento anterior à adjudicação e homologação, não acarreta o mister do contraditório, cingindo-se a estar motivado pelo Administrador e embasado em fato superveniente, tal como preleciona a jurisprudência (STF, AI em MS nº 228.554-4, Rel. Min. César Peluso; STJ, MS nº 7017/DF, Rel. Min José Delgado; e STJ, ROMS nº 200602710804, Rel. Eliana Calmon);

DECIDE:

REVOGAR o Pregão Eletrônico nº 15/2022, e encaminhar para a devida retificação do Edital, com as necessárias providências.

Belém-PA, 21 de dezembro de 2022.

Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Presidente**Protocolo: 890351**